

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

CÉRES MARIA TORRES BONATTO

Professora do Departamento de Ensino
Faculdade de Educação/UFPel

Ao pensarmos num Ciclo de Debates aberto à Comunidade surgiu, como uma das preocupações, o tema referente à Formação de Professores. Nada mais natural em se tratando de uma Faculdade de Educação que se propõe a formar profissionais para atuar na educação formal.

Ao pensar em como organizar este debate, considerei que um caminho seria expor minhas dúvidas e perplexidades, surgidas a partir de discussões com colegas, leituras de escritos e da realidade, e que me deixam com a seguinte questão de fundo para a discussão:

Qual o papel da Universidade, da Faculdade de Educação, na formação do professor enquanto profissional da educação, neste momento?

Para auxiliar nossa reflexão, vou colocar alguns dados sobre o nosso sistema formal de ensino de 1º e 2º graus.

OS ATORES E O CENÁRIO DO COTIDIANO DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS:

A maioria da população brasileira é vítima de um modelo de Estado que prefere investir em outros setores, deixando para a Educação 2,8% do seu Produto Interno Bruto - PIB, bem abaixo da média, já baixa, da América Latina, que é de 3,9%. Além disto, encaminha para os Estados e Municípios a responsabilidade do ensino de 1º e 2º graus, sem repassar-lhes os devidos recursos. A promessa da reforma tributária revelou-se um engodo que, na realidade, não dá aos Estados condições de suportarem o ensino urbano e, aos Municípios, de arcarem com o encargo do ensino rural.

Com isto, a clientela das classes populares, quando tem acesso à escola, encontra-a depredada, com professores mal remunerados e despreparados para atendê-la.

Ao fazer uma análise da questão do analfabetismo - um dos sérios problemas que a sociedade brasileira enfrenta - Ana Lagôa, em reportagem para a Revista Nova Escola de março de 1990, coloca que, de 57 milhões de crianças e adolescentes, 85% são de famílias com renda de até dois salários mínimos; dessas, 49,54% possuem renda de até um salário mínimo. Este fato obriga as crianças a ingressarem precocemente no mercado de trabalho. Como mão-de-obra desqualificada, estas crianças recebem em média 20% do salário mínimo e 30% trabalham para dar o dinheiro aos pais ou em troca de comida. A cada 100 crianças que trabalham, 50 estão no setor agrícola.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 1987, o IBGE indicou que, dos 121,9 milhões de brasileiros com 5 anos e mais, 31,4 milhões

(25,76%) estavam fora ou nunca haviam freqüentado a escola. Demonstrou, ainda, que 13,96 milhões de jovens de 7 a 14 anos encontravam-se fora da escola.

Sabe-se que, de cada grupo de 30 escolas de 1º grau, 23 (77%) estão na zona rural, sendo 19 delas constituídas de apenas uma ou duas salas. As estatísticas revelam, ainda, que 155.500 escolas rurais do país atendem 5,9 milhões de crianças, mas somente 254 mil delas (4,3%) freqüentam classes de 5ª a 8ª série (Revista Nova Escola, 1988).

Na zona urbana, os jovens trabalhadores têm de recorrer ao ensino noturno. As projeções feitas, a partir de dados do MEC, indicam que, dos jovens matriculados de 5ª a 8ª série, mais de um terço estuda à noite, mas menos da metade deles será aprovada. A maioria ficará retida ou fugirá da escola até o quarto bimestre.

O ensino do segundo grau, por sua vez, tem sua demanda aumentada a cada ano por jovens trabalhadores-estudantes provenientes de bairros periféricos. Assim como seus companheiros que buscam concluir o 1º grau, estes jovens, inseridos no mercado de trabalho, pleiteiam vagas nos cursos noturnos depois de enfrentarem os ônibus superlotados, a má remuneração, a fome e o cansaço. *Em centros urbanos como São Paulo, da totalidade de alunos matriculados no ensino de 2º Grau, 60% freqüenta a escola no período noturno e, dentre esses, 84,7% estuda e trabalha.* (FRANCO, 1988, p.31)

A expansão da rede pública, geralmente feita aproveitando-se a ociosidade dos prédios construídos e utilizados pelo ensino de 1º grau, apresenta-se com insuficiência de bibliotecas e de material didático e de consumo para atender a demanda. Acrescente-se a isto um espaço físico inadequado em termos de mobiliário, iluminação etc. A crescente privatização do ensino de 2º grau, estimulada a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 20.12.61, aumentou o descompromisso do Estado para com o aumento do número de vagas e a qualidade do ensino público neste nível.

Verifica-se, através da análise destes dados, que esses indicadores de exclusão - altas taxas de analfabetismo, bem como de repetência e evasão, de não-acesso à escola etc. vêm associados à baixas faixas salariais, maiores índices de subnutrição, de mortalidade, de expectativa de vida etc. Estas questões precisam ser entendidas no conjunto mais amplo dos determinantes sociais, políticos e econômicos que inviabilizam o exercício da cidadania por enorme parcela da população brasileira.

Outro importante ator do cotidiano escolar é o professor que, no dizer de ARROYO (1988)

"[...] enquanto profissional da educação pode ser considerado um profissional "fora da lei",

pois, além de não ser contemplado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), também não o é pelas próprias leis educacionais ou por qualquer outra lei. Está à mercê do “senhor do palácio” - o governo estadual - ou, ainda, das assembleias legislativas e câmaras municipais, cujos membros - deputados e vereadores - exercem um real controle sobre ele.”(p.1)

Diz ainda que existem os professores efetivos, mas que estes representam menos de 40% do total que trabalha em educação hoje.

Isto leva a situações como a do assalariamento dos professores no Brasil. Em maio de 1988, a Revista Nova Escola publicou uma reportagem com a seguinte chamada na capa: *Mais de 150.000 professores ganham menos que o mínimo - o que fazer para combater o salário ilegal*. Encontramos no artigo os seguintes dados: mais de 150.000 professores recebiam remuneração até 20 vezes menos do que o Piso Nacional de Salários. No Maranhão, 99% dos municípios pagavam abaixo do salário mínimo, seguidos pelo Pará com o índice mais alto da região Norte com 86%, Minas Gerais - na região Sudeste - com 49%, Mato Grosso - na região Centro-Oeste - com 48% e Paraná - na região Sul - com 45%.

A maioria dos municípios não possuía, até dois anos atrás, por mais simples que fosse, qualquer espécie de estruturação de carreira sob a forma de plano ou estatuto. Pressionados pelo não recebimento da quota de salário-educação caso não possuíssem planos de carreira para o magistério municipal, viram-se obrigados a atender essa solicitação.

Todavia, a maioria dos planos organizados não atende às necessidades dos trabalhadores em educação e, em boa parte dos casos, servem simplesmente para garantir os repasses do salário-educação. (HYPOLITO, 1989:p.4)

Por outro lado, este profissional é visto como responsável pelo sucesso escolar do seu aluno. No preparo do professor, está a possibilidade de erro ou fracasso do processo ensino-aprendizagem. ARROYO (1985,p.11) lembra que, na análise que é feita sobre a escola e sua baixa qualidade, nos determinantes do fracasso escolar, aponta-se para o peso desmotivador da falta de condições de trabalho, da instabilidade no emprego, da condição de simples assalariado a quem vem sendo submetido o profissional do ensino.

O trabalhador do ensino não sai dos cursos de formação, para relações de trabalho autônomas, em que teria liberdade para controlar seu trabalho qualificado; mas, ao contrário, cada dia mais, esse profissional sai com uma formação para um trabalho que não controla; cada dia mais, ele é submetido a condições e relações de trabalho alienantes, desmotivadoras e deformadoras.

[...]O LUGAR ONDE OS PROFESSORES APRENDEM SEU OFÍCIO É NA ESCOLA, E FUNDAMENTALMENTE NA SALA DE AULA. (*)

Esta escola pública que não dispõe de vagas suficientes para os alunos que a procuram; que está caindo aos

pedaços, cheia de goteiras, sem biblioteca, laboratórios e espaços de lazer faz parte da política de atendimento ou negação do direito das camadas populares ao saber.

Não penso que a educação, por si só, conduzirá o povo à conquista da cidadania. Esta conquista se faz, fundamentalmente, através da prática social e política, dos movimentos de reação e reivindicação, das organizações populares, expressões de uma cidadania em construção, pois evidenciam o povo participando, lutando por seus direitos sociais, civis, políticos, agindo como sujeitos históricos, fazendo-se cidadãos.

Por outro lado, SOARES (1990) lembra que as sociedades modernas são fundamentalmente grafocêntricas: nelas a escrita está profundamente incorporada à vida política, econômica, cultural, social e é mitificada - na escrita estaria o discurso da verdade, a escrita seria o repositório do saber legítimo.

“Assim, enquanto a sua posse e uso forem privilégio de determinadas classes e categorias sociais, ela assume o papel de arma para o exercício do poder, de legitimação da dominação econômica, social, cultural, de discriminação e de exclusão. Daí a importância da escola no processo de democratização da sociedade.”(p.3)

Que sociedade é esta?

Esta é uma sociedade capitalista e, em assim sendo, possui alguns traços característicos.

Um deles é a organização social baseada na dicotomia capital e trabalho. Basicamente, de um lado, estão os assalariados - os que vivem da venda da sua força de trabalho - e, de outro, os que pagam os salários - os que vivem da compra da força de trabalho. A relação que se estabelece a partir dessa organização é necessariamente antagônica, uma vez que os capitalistas necessitam extrair seu lucro do trabalho “dos outros” e os trabalhadores, que não possuem os meios de produção, são obrigados a se submeterem às condições do capital.

Outra característica que, para o tema que estamos desenvolvendo, é importante, diz respeito à divisão social do trabalho. Esta já acontecia nas comunidades primitivas sob a forma da distribuição de tarefas para a execução do trabalho. O capitalismo aprofundou esta divisão separando o que até então não havia ocorrido - o produtor do produto do seu trabalho e separando, em consequência, quem concebe, planeja, de quem executa.

Se antes o trabalhador (artesão, por exemplo) além de conhecer todas as fases da fabricação do produto, tinha o controle sobre o processo de concepção e execução do produto, no capitalismo, o trabalhador vai perdendo esse controle, desqualifica-se, no sentido de ser expropriado do saber que possuía.

A escola, ao integrar uma sociedade capitalista, tem certos objetivos a atingir, estando organizada de forma a atingir os objetivos esperados. Estes objetivos estão logicamente voltados para os interesses da classe dominante. Mas, se nos propomos a que a escola seja o espaço do trabalhador-estudante, dos filhos dos trabalhadores busca-

(*) TEBEROSKY (1990,p.21)

rem o saber organizado, há necessidade de repensá-la, assim como repensar o trabalho docente. Faz-se necessário ampliar o conceito de trabalho educativo, que, como diz ARROYO(1988), não se dá só na escola, na docência, mas na participação na produção, no trabalho, na prática social.

A UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O que temos visto é que a Universidade se mantém afastada da realidade das escolas públicas de 1º e 2º graus. Prepara profissionais para uma situação inexistente - o que colabora para que os mesmos se tornem frustrados no seu trabalho e não consigam superar os impasses que vão acontecendo no dia-a-dia da escola.

Muitas discussões são feitas, seminários e ciclos de debate organizados, mas a ação concreta não se faz sentir.

No caso dos cursos de formação de professores, as constatações são sempre as mesmas: há separação entre as disciplinas de conteúdo e as de formação pedagógica, existe uma dicotomia entre a teoria e a prática, os professores de Prática de Ensino não conseguem fazer na sua disciplina o momento de integração do curso etc.

Os trabalhos feitos são mais no sentido de levar uma proposta "salvadora" da Universidade aos professores de 1º e 2º graus. Ao desconhecer esta realidade, encaminham "soluções" que não cabem no cotidiano do trabalho pedagógico dos professores, não permitindo, portanto, que os mesmos superem suas dificuldades ou repartam seus sucessos.

Não desconheço a existência de trabalhos que buscam a integração com o ensino de 1º e 2º graus, mas, que, por serem isolados, se tornam desgastantes e improdutivo no sentido da ampliação e aplicação dessas propostas na prática.

Este Ciclo de Debates tem a intenção de possibilitar que se estabeleça um canal de discussões que nos leve a efetivas ações conjuntas; que coletivamente consigamos construir as alternativas de trabalho e as lutas reivindicatórias por um ensino público de melhor qualidade.

Então, a partir da realidade pincelada, da disposição para o debate dos que aqui compareceram, voltamos à questão inicial:

Qual o papel (como deverá atuar, que linhas de trabalho deverão ser prioritárias) da Universidade, da Faculdade de Educação, na formação dos professores no momento atual?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. Quem de-forma o profissional do ensino. *Revista de Educação AEC*. Brasília, v.14, nº58, p.7-15, out-dez 1985.

_____. Os profissionais da Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. XI Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Porto Alegre, abril de 1988 (mimeo).

FRANCO, Maria Laura P. B. Avaliação e redefinição da política do ensino de 2º grau. *Cadernos CEDES*, São Paulo, Cortez, nº20, p.26-35, 1988.

FRARE, José Luiz. A semente do fracasso. *Revista Nova Escola*, São Paulo, v.4, nº29, p.12-16, abr. 1989.

GOMES, Vera. As iniciativas que estão dando certo. *Revista Nova Escola*, São Paulo, v.3, nº25, p.12-14, out. 1988.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Professor: condições de trabalho, formação e trabalho escolar. (Palestra para professores da rede pública de Congonhas do Campo/MG, 1989). (mimeo)

LAGÔA, Ana. O quadro-negro do analfabetismo no Brasil. *Revista Nova Escola*, São Paulo, v.5, nº37, p.10-18, mar.1990.

SOARES, Magda. Universidade, Cidadania e Alfabetização. 50ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Belo Horizonte, 1990. (mimeo)

SOUZA, Hamilton de. O escândalo do salário ilegal. *Revista Nova Escola*, São Paulo, v.3, nº21, p.12-19, maio 1988.

TEBEROSKY, Ana. Formação de Professores. In FERREIRO, Emilia. *Os filhos do analfabetismo: propostas para a alfabetização na América Latina*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p.19-30.

UNITERMOS: Professores; Formação Profissional; Educação; Ensino de Primeiro Grau; Ensino de Segundo Grau.